



PATRIMONIALIZAÇÃO DA PEREGRINAÇÃO AO SANTUÁRIO NOSSA SENHORA DIVINA PASTORA – SE

PATRIMONIALIZATION OF THE PILGRIMAGE TO THE SHRINE OUR LADY OF DIVINE PASTORA – SE

*Claudefranklin Monteiro Santos**

RESUMO

No ano de 1958, na cidade de Divina Pastora, interior do Estado de Sergipe, teve início uma das maiores manifestações do catolicismo local. De fenômeno religioso a patrimônio imaterial do Estado, em 2014, a Peregrinação ao Santuário Nossa Senhora Divina Pastora mereceu o reconhecimento patrimonial oficial, referendada que foi pela fé e pela força social em seu entorno e na figura de um agente religioso, o Arcebispo Dom Luciano José Cabral Duarte.

Palavras-chaves: Peregrinação; Patrimonialização; Divina Pastora; Dom Luciano José Cabral Duarte

ABSTRACT

In 1958 in the city of Divina Pastora, the state of Sergipe, began one of the greatest manifestations of the local Catholicism. Religious phenomenon the intangible heritage of the State, at 2014, the Pilgrimage to the Santuário Nossa Senhora Divina Pastora earned the official financial statement recognition ratified that was by faith and social force in your surroundings and figure of a religious agent, Archbishop Luciano José Cabral Duarte.

Keywords: Pilgrimage; patrimonialization; Divina Pastora; Dom Luciano Jose Cabral Duarte

* Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor Adjunto III do Departamento de História, do Programa de Pós-Graduação em História e do Mestrado Profissional em História da Universidade Federal de Sergipe. Vice-líder do Grupo de Pesquisa Culturas, Identidades e Religiosidades (Cnpq/UFS). Endereço postal: Rua Tobias Barreto, 509 – Bairro: Centro – Lagarto/SE – CEP: 49.400-000. Endereço eletrônico: franklinmonteiro@oi.com.br

APRESENTAÇÃO

A eleição do Papa Francisco, ocorrida no dia 13 de março de 2013, estabeleceu no seio da Igreja Católica novos rumos, frente a velhos problemas. Não tardou para que uma instituição, encerrada em tradições arraigadas ao longo de séculos, fosse instada a rever posicionamentos e posturas.

Seus primeiros escritos puseram em cheque a atitude, predominantemente, administrativa do clero. Estes, além de darem vazão à alegria, base do Evangelho, convocou-o a se desinstalar. A sair em missão. A Igreja preconizada pelo novo papa deveria ser missionária e ir ao encontro da periferia dos lugares e existenciais.

Não necessariamente a partir do Papa Francisco, mas com novo ânimo em seu pontificado, cresceu a atuação da Pastoral Universitária e, também, a discussão em torno da relação entre fé e ciência, quando alguns estudiosos já se apressavam em dizer que a religião não era mais uma questão nem de centro e muito menos de fundo. Que fosse tão periférica quanto os lugares e as existências humanas.

Foi do interior do mundo universitário que, em Sergipe, brotou nos anos cinquenta, do século XX, o desejo de potencializar os jovens por meio da vivacidade do Cristianismo. Para tanto, a estratégia foi a da mobilização deste tipo de público para elementos como: oração, caminhada e meditação.

Nesse contexto, a cidade de Divina Pastora tornou-se o lugar para o qual, potencialmente, deveria acorrer e se propagar um ardor missionário, universitário e devoto, cuja extensão ultrapassasse os limites acadêmicos e da dinâmica estudantil e ganhasse contornos de pertencimento, sob a perspectiva do que se convencionou chamar de patrimônio religioso e mesmo, turismo religioso, sobretudo na ótica da salvaguarda e da difusão desse tipo de bem, de ordem imaterial, tão em voga no tempo presente.

Por patrimônio imaterial, natureza do objeto de pesquisa em questão, compreendemos o legado imanente da cultura produzida pela humanidade, em suas diferentes formas de manifestação, aqui em particular, a devoção, suas práticas e expressões, arraigados que são à identidade e à memória cultural de um povo.

Nossa reflexão quer se pautar por três movimentos: o da ação missionária, o da atuação pastoral no âmbito acadêmico e o da patrimonialização do bem imaterial. E nesse sentido, compreender a peregrinação de Divina Pastora como um aporte identitário e de pertencimento, a partir dos desdobramentos de um sujeito que se antecipou ao contexto religioso atual, qual seja Dom Luciano José Cabral Duarte, bispo e depois arcebispo de Aracaju entre os anos 1966 e 1998. E nesse sentido, perceber a peregrinação como algo que se descola do tempo e do(s) sujeitos(as) e ganha novos e seus próprios contornos, como o foi por ocasião da criação e sedimentação da Universidade Federal de Sergipe, do religioso para o laico.

O SUJEITO

Qualquer investida na temática referente à peregrinação à Divina Pastora impera o conhecimento sobre a figura de Dom Luciano José Cabral Duarte, em que pesem as razões abaixo expostas, em particular às que dizem respeito à Juventude Universitária Católica (JUC), entre os anos 50 e 60 do século XX, em Sergipe.

Dom Luciano é filho de José de Góes Duarte e Célia Cabral. Nascido no dia 21 de janeiro de 1925, na Rua de Japarutuba, cidade de Aracaju, foi batizado na Catedral Diocesana no dia 7 de fevereiro daquele mesmo ano. Tornou-se, a partir de então, uma das figuras mais proeminentes do clero católico sergipano.

Foi ordenado sacerdote pelas mãos de Dom Fernando Gomes dos Santos, então bispo de Penedo, Alagoas, no dia 18 de janeiro de 1948, aos 23 anos de idade. O Padre Luciano iniciou suas atividades na Igreja de São Salvador e escolheu como lema de seu sacerdócio, a frase “*sei em quem acreditei*”, prenunciando um perfil para o qual lhe seria conferida a alcunha de “artista da palavra”, preconizada por seu primo, o intelectual Cabral Machado, em 1971.

Esta consciência daquilo em que se acredita vai marcar o perfil de um sacerdote que transitou bem entre a filosofia e a fé, a ciência e a crença, que o referendaram como um homem que esteve assentado numa teologia arraigada e, ao mesmo tempo, numa consistente base racional.

Em linhas gerais, pode-se perceber a importância de sua atuação na sociedade e na história de Sergipe e do Brasil, seja pelo viés religioso, seja pelo viés educacional, em dois momentos: antes e durante o episcopado. E nesse sentido, vale a pena, frente a necessidade de sua

compreensão enquanto sujeito histórico, na melhor acepção da palavra, relacionar cargos e funções que ocupou, tais como: Assistente Eclesiástico da Juventude Universitária Católica (de que trataremos a seguir); Diretor Espiritual do Seminário Menor de Aracaju; Presidente da Câmara de Ensino Superior do Conselho Estadual de Educação, liderando, inclusive, o trabalho para a constituição da Fundação Universidade Federal de Sergipe; Enviado Especial da Revista “O Cruzeiro” para a cobertura das Sessões do Concílio Vaticano II, juntamente com o Arcebispo Dom José Vicente Távora, e para a cobertura do Congresso Internacional Eucarístico de Bombaim; Bispo Auxiliar de Aracaju entre 1966 e 1971; Presidente Nacional do Movimento Educacional de Base (MEB), entre 1971 e 1977; Membro do Conselho Federal de Educação (1974-1986); Presidente do Departamento de Ação Social do Conselho Episcopal Latino-americano (CELAM) – 1972-1978, e também deste, seu Primeiro Vice-presidente entre 1979 e 1983; Membro da Comissão de Pastoral da CNBB, entre 1971 e 1974; e, por fim, Arcebispo de Aracaju (1971-1998), sucedido por Dom Palmeira Lessa. Atualmente, vive recluso em sua residência, devido ao seu delicado estado de saúde, aos 90 anos.

Todos estes predicados lhe conferiram, ao longo dos anos, condições para pensar e promover ações que estivessem em sintonia com seu tempo e atento às demandas dele, como foi o caso da necessidade de mobilizar jovens estudantes universitários em torno do ideário cristão, cujo carisma fosse o impulso missionário.

A Juventude Universitária Católica, que será tratada a seguir, a JUC, promoveu, em boa medida, o que é desejo do papa Francisco para os tempos atuais: a desinstalação das pessoas de seus mundos cômodos e cercados de certeza. Mas do que uma peregrinação, o objeto de reflexão do presente artigo é a concretização de um ideal religioso assentado sob sólidas circunstâncias temporais e, porque não dizer, até mesmo atemporais.

A JUC foi um movimento de apostolado leigo, um desdobramento da Ação Católica, cujo objetivo era atuar no meio dos estudantes universitários. Em Sergipe, foi fundada pelo então Padre Luciano, no início dos anos 1950. A ideia era “viver o Cristianismo de decisão e de engajamento” e de “atuação no meio social”. Ela funcionou num ambiente e contexto histórico favoráveis, sobretudo no Governo JK.

Como já foi salientado anteriormente, na JUC, Padre Luciano foi seu Assistente Eclesiástico, mesmo durante o período que esteve na Sorbonne (França), cursando o doutorado. Ao retornar, muito influenciado pelo movimento universitário da segunda metade dos anos 50, ele focou sua atuação na necessidade de criar uma universidade federal em Sergipe. Do que seria hoje a Universidade Federal de Sergipe, pode-se dizer, que foi seu idealizador, seu líder e, especialmente, responsável por sua implantação.

Entre as ações da Juventude Universitária Católica, que teve uma vida efêmera, porém promissora, por conta da instalação do Regime Militar, destaque para retiros, Missas, reuniões de reflexão, debates teológicos e filosóficos, e, as peregrinações. Assunto sobre o qual, será dada maior atenção a partir de agora.

A PEREGRINAÇÃO

O apelo e, em alguns casos, o imperativo do papa Francisco para que a Igreja, de modo particular, o clero, se desinstale encontra antecedente na história do Cristianismo. Jesus Cristo, mesmo antes de exercer sua vida pública, isolava-se no deserto para meditar. A própria ação evangelizadora dele, já com os doze primeiros discípulos, era caminhante. É famoso, no mundo inteiro, o Caminho de Santiago, entre outras inúmeras situações que remetem à necessidade da desinstalação para ir ao encontro do outro, numa atitude religiosa.

A devoção à Divina Pastora remonta ao século XVIII, mais precisamente ao ano de 1703, na cidade de Sevilha, na Espanha. Trata-se do desdobramento de uma visão tida pelo Frei Isidoro com a Virgem Maria, no dia 8 de setembro daquele ano, quando a Santa o pediu para que as pessoas a venerasse com a representação de pastora de almas. Não tardou para que a visão do frei fosse concretizada em pintura, pelas mãos do artista plástico, Alonso Miguel de Tovar. Seu culto só foi reconhecido pela Igreja em 1709.

Sobre a Peregrinação a Divina Pastora, de que está sendo tratada, destaca-se abaixo um registro memorialístico de Maria Giovanni dos Santos Mendonça, uma das muitas jovens que fizeram parte da Juventude Universitária Católica dos primeiros tempos:

A estrada de piçarra que ligava Riachuelo a Divina Pastora nunca presenciara antes o espetáculo de jovens em marcha, cantando com entusiasmo e alegria desde as primeiras horas do dia, em setembro de 1958. A gente que habitava por ali logo acorria e se postava às margens, acenando

com ar interrogativo. Então, descobriram que se tratava de estudantes liderados pelo Padre Luciano, em caminha estranha, sem imagens ou quaisquer distintivos (MENDONÇA, 2014, p. 221).

Ao contrário da compreensão atual do termo peregrino, utilizada na obra da socióloga francesa Danièle Hervieu-Léger (2009), trata-se de um sujeito que não segue mais o badalar do sino pela regularidade dos tempos e espaços religiosos e que, portanto, vai respondendo às exigências do tempo presente de acordo uma identificação muito pessoal. Aqueles jovens, guiados pelo Padre Luciano, tinham na peregrinação um elo de pertencimento e de identidade que foi ganhando outras formas com o passar das décadas, atingindo o coração dos populares e as suas demandas sobrenaturais.

Para o historiador Magno Francisco, tão importante quanto os outros elementos que possam ser identificados na Peregrinação a Divina Pastora, deve-se levar em conta seu caráter pedagógico. Segundo ele, à época, tratava-se de “(...) uma caminhada com propósitos bem distintos do que era recorrente no cenário devocional local. Era uma caminhada de teor filosófico, de embates entre os estudantes... (SANTOS, 2015, p. 99)”. Tudo isto, na perspectiva do fortalecimento dos laços de solidariedade entre eles, mas também, de sedimentação da fé cristã.

Dos cinquenta primeiros jovens, hoje, calcula-se uma turba de diversas idades e matizes sociais que ultrapassava a dezenas de milhares. Aquela turma do Padre Luciano experimentava uma espiritualidade que se descolou do universo acadêmico e ganhou contornos maiores no tempo presente. Embalados que eram pela Ave-Maria do Peregrino, a JUC vivia uma experiência de fé que em muito se aproximava da chamada Igreja Primitiva, dos dois primeiros séculos depois de Cristo. Nas palavras de Maria Geovanni, destacada a pouco, tratava-se de “Uma verdadeira busca... os corpos e as mentes interagiam procurando descobrir o filão do sobrenatural... Em marcha... em silêncio... em oração...contemplação da natureza... (SANTOS, 2015, p. 222)”.

Foi nos anos 70, do século XX, que a peregrinação ganhou contornos ainda maiores. Em outubro de 1971, Dom Luciano Duarte, Arcebispo de Aracaju, estabeleceu o terceiro domingo do mês de outubro como data oficial para a realização do evento religioso.

Em 2012, a cidade se mobilizou em torno de sua Paróquia para celebrar os 230 anos da chegada da devoção a Nossa Senhora Divina Pastora. Fato que se deu em 1782, como

desdobramento de sua instalação no continente latino-americano. Naquele mesmo ano, a Paróquia foi elevada à categoria de Santuário. Por Santuário, estabeleceu-se o conjunto composto pela Matriz e seu entorno.

Vejamos o que diz a respeito da peregrinação o autor da proposta de reconhecimentos de que trataremos mais adiante, o Sr. Marcos Antônio Santos Silva:

O que caracteriza a Peregrinação é o caminhar. O sacrifício do percurso Riachuelo-Divina Pastora realizado pela maioria e o percurso Aracaju-Divina Pastora, feito por alguns, e ainda existem aqueles que fazem Maruim-Divina Pastora. É o sacrifício motivado pela dor, pela fé, que marca a experiência, que surge a esperança, que gera confiança no poder supra-humano na Nossa Senhora Divina Pastora e em Jesus Cristo¹.

Não tardou para que, com o tempo, a Peregrinação a Divina Pastora, inspiração do Padre Luciano tida na França, através de Charles Péguy, com a Peregrinação a Chartres, se consolidasse como um marco não só da religiosidade do povo sergipano, mas também de sua história, à luz das discussões em torno do patrimônio cultural de que serão tratadas na sequência.

A PATRIMONIALIZAÇÃO

A cidade de Divina Pastora, distante 39 quilômetros de Aracaju, atrai todos os anos inúmeros fiéis de todas as partes, durante o mês de outubro. A festa mobiliza a sociedade como um todo: de devotos a vendedores ambulantes e o comércio, em geral. Isto já foi, em 2013, objeto de nossas preocupações em texto que dividimos com a Prof. Msc. Lillian Maria de Mesquita. Na ocasião, pudemos notar como, de fenômeno religioso, a peregrinação se transformou num chamariz de desenvolvimento, sobretudo, na perspectiva do turismo.

Este perfil da Peregrinação a Divina Pastora, em fevereiro de 2014, foi alvo das discussões em torno do seu reconhecimento, oficial, enquanto constituinte do Patrimônio Cultural e Imaterial de Sergipe, pelo menos, ao nível do que entendemos por chancela governamental. Embora a cidade já seja bem contemplada nesse quesito, a exemplo do tombamento do Engenho São Félix (2006), pelo Conselho Estadual de Cultura de Sergipe. E, em nível federal, pelo tombamento da Igreja Matriz de Nossa Senhora Divina Pastora (1943) e a Renda Irlandesa

¹ Processo de Solicitação de Reconhecimento da Peregrinação ao Santuário Nossa Senhora Divina Pastora. Conselho Estadual de Cultura do Estado de Sergipe. Número 0033/2014. Fls. 014.

(2009), bem imaterial que vem, até a presente data, gerando uma repercussão significativa em várias instâncias, do econômico ao acadêmico, do local ao internacional.

No que tange ao lugar de devoção, ao espaço físico sagrado para os devotos e peregrinos, o Santuário de Nossa Senhora da Divina Pastora, valer-nos-emos das palavras de um dos maiores especialistas no assunto, o historiador Magno Francisco de Jesus Santos: “(...) A importante igreja matriz localiza-se no alto de uma colina, demarcando perenemente o território do sagrado, convidando seus devotos para a marcha sagrada” (2015, p. 35).

Neste mesmo trabalho, é possível situar o lugar como tendo sido construído na passagem do século XVIII para o século XIX. Teve como um de seus principais financiadores, o Tenente Coronel José Bernardino de Sá Souto Maior, um dos grandes produtores de açúcar da região. Com o passar do tempo, sua suntuosidade arquitetônica se sobressaiu na paisagem colonial e depois urbana, tornando-se, reconhecidamente um santuário, sobretudo, pela demanda dos peregrinos em seus autos de fé.

A ideia de um fenômeno que é, em tese, mais mercadológico do que devocional, sob a perspectiva do turismo religioso, esteve entre as discussões que culminaram com o seu registro, enquanto Patrimônio de Natureza Imaterial do Estado de Sergipe, em 09 de setembro de 2014, sob o Decreto 29.884.

Nesse mesmo patamar, destacamos também, o reconhecimento das Procissões Penitenciais de devoção à Paixão de Cristo, como foi o caso da Romaria de Senhor dos Passos, em São Cristóvão, em abril do ano em curso e, mais recentemente, em Nossa Senhora das Dores, esta última caracterizada, não necessariamente, por peregrinações, mas pelas caminhadas circunscritas ao espaço urbano; ambas as situações abrem espaço para se levar adiante o caso de Divina Pastora.

O processo que desencadeou no Decreto 29.884, de 09 de setembro de 2014, reconhecendo a Peregrinação ao Santuário Nossa Senhora Divina Pastora, foi iniciado no dia 26 de abril daquele mesmo ano. O Sr. Marcos Antônio Santos Silva, então estudante do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Sergipe (UFS), encaminhou ofício ao Presidente do Conselho Estadual de Cultura, Luiz Fernando Ribeiro Soutelo. Entre as razões apontadas para alcançar seu pleito, refere-se à peregrinação como uma expressão de fé, que

reúne milhares de pessoas, anualmente, envolta em aspectos de ordem cultural, antropológica, social, apontando-a como “a maior manifestação religiosa católica do Estado de Sergipe²”.

O volumoso dossiê de autoria Sr. Marcos Antônio Santos Silva, contendo 52 páginas, está bem fundamentado, tanto do ponto de vista teórico, como também histórico. Ele situa com precisão o patrimônio religioso sergipano em questão, levantando dados importantes para entendê-lo enquanto fenômeno religioso, social e histórico. Aponta, pelo menos, oito trabalhos de diversos matizes em torno do assunto, que vão de artigos a livros. Acompanha, ainda, um rico material documental e iconográfico.

Aos 13 de maio de 2014, a relatora do processo, a Sra. Ana Maria Fonseca Medina, apresentou parecer favorável ao pleito. Entre as razões expostas por ela, merecem destaque: 1) que o bem em questão “simboliza o comprometimento dos envolvidos com a História e a Memória”, com ênfase no aspecto identitário; 2) como testemunha ocular do surgimento do evento, como membro que foi da Juventude Universitária Católica, a relatora referenda as razões expostas no pleito; 3) que a peregrinação fornece elementos importantes para diversos ramos do saber, como o antropológico e para a História da Igreja em Sergipe; 4) que por tais razões, se insere no hall dos bens imateriais que compõem o patrimônio religioso do Estado.

Aos 21 de maio de 2014, a Secretária-Geral do Conselho Estadual de Cultura do Estado de Sergipe, fez saber aos interessados e ao público em geral, que o parecer da relatora foi acatado por unanimidade, sendo favorável ao reconhecimento da Peregrinação a Nossa Divina Pastora como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado.

A nosso ver, frente às questões acima expostas, o importante, dentro de uma perspectiva menos pragmática e mais histórica e antropológica, é saber que a Peregrinação a Divina Pastora, desde 1958, vem atendendo o que se espera de um bem patrimonial: o fomento da identidade e a ideia de pertencimento. Afora isto, tudo é uma questão de processo mesmo, inerente à dinâmica da cidade e do entorno da manifestação que resultou num ato legal, que muitas vezes se transforma em letra morta quando não há um fim social, como, de algum modo, nos parece ter a Peregrinação a Divina Pastora em nosso tempo.

² Processo de Solicitação de Reconhecimento da Peregrinação ao Santuário Nossa Senhora Divina Pastora. Conselho Estadual de Cultura do Estado de Sergipe. Número 0033, 2014. Fls. 002.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao nível das considerações finais, pretendo pontuar alguns elementos que nos parecem importantes quando o assunto é Peregrinação a Divina Pastora e Patrimonialização dos bens culturais sergipanos, notadamente, os de ordem imaterial.

A propósito de uma Igreja Católica que pretende ser hoje uma Igreja que caminha, que se desinstala, a relação entre a instituição, a sociedade e a universidade encontrou eco em Padre Luciano e se reinventa hoje no universo da Pastoral Universitária.

Nunca é demais lembrar que foi num ambiente universitário, a JUC, de matriz apostolar, que se deu a Peregrinação a Divina Pastora. A busca por um Cristianismo autêntico impulsionou aqueles jovens, pelos idos de 1958, sob a liderança do Padre, a saírem em missão.

Eles viveram uma “fraternidade cristã” no meio universitário e mesmo ao nível da política estudantil que ressoou no tempo e nas diversas categorias sociais, descolando daquele ambiente e alcançando patamares identitários e de pertencimento, patrimonializando-se, para além dos decretos governamentais, mas na vivência, no aceite e na guarida de seus devotos e não devotos.

FONTES

Processo de Solicitação de Reconhecimento da Peregrinação ao Santuário Nossa Senhora Divina Pastora. Conselho Estadual de Cultura do Estado de Sergipe. Número 0033/ 2014.

MEDINA, Ana Maria Fonseca. Parecer Número 04/2014. Câmara de Ciências e Patrimônio Histórico e Artístico. Conselho Estadual de Cultura do Estado de Sergipe.

Decreto Nº 29.884, de 09 de setembro de 2014. Governo de Sergipe.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Ivan Rêgo e MACEDO, Janete Ruiz. São Cristóvão e Divina Pastora; Locus do turismo religioso em Sergipe-Brasil. **Revista Iberoamericana de Turismo**. Ano 2011. RITUR, Penedo, vol. 1, n.1, 2011.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. **O peregrino e o convertido: a religião em movimento**. Petrópolis: Vozes, 2008.

LIMA, Carmem Barreto. **Divina Pastora Sergipe: uma alternativa de intervenção**. São Cristóvão, 1997.

MENDONÇA, Maria Giovanni dos Santos. A Peregrinação a Divina Pastora. In: COSTA, Camem Machado et al (Coordenação). **Memórias de uma fraternidade cristã – a JUC e o Padre Luciano Duarte**. Aracaju: EDISE, 2014.

MENDONÇA, Martha Luiza B. R. de; CHAGAS, Lízia Karolina M. **Fé na Divina: um vídeo-reportagem sobre a crença em Nossa Senhora Divina Pastora**. TCC de Curso de Comunicação Social. Universidade Tiradentes: Aracaju-SE, 2007.

MORAIS, Gizelda. D. **Luciano José Cabral Duarte – Relato Biográfico**. Aracaju-SE. Gráfica/Editora J. Andrade, 2008.

NETA, Maria Conceição. **A Festa da Padroeira Nossa Senhora Divina Pastora (1970-1995)**. Monografia. Curso de Licenciatura em História. Universidade Federal de Sergipe: São Cristóvão, 2002.

OLIVEIRA, Izabel Cristina Ferreira. **Os passos da fé: um olhar etnográfico sobre a Peregrinação a Divina Pastora**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Sergipe: São Cristóvão, 2012.

SANTOS, Claudefranklin Monteiro; ALEXANRE, Lillian Maria de Mesquita Patrimônio Cultural e Turismo Religioso em Divina Pastora-Se: uma história de fé e de desenvolvimento. **História Agora**, v. 13, p. 245-260, 2013.

SANTOS, Cristiane Batista dos. **Caminho da fé: um estudo antropológico da peregrinação ao Santuário de Divina Pastora**. São Cristóvão-SE, 2013.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Padre Luciano: Olhares de um Peregrino. In. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju: Página 5 Serviços Editoriais. Nº 45, vol. 1, 2015.

_____. As ovelhas da Pastora: as múltiplas facetas de uma peregrinação de Sergipe. In: **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, Ano III, n. 7, Mai.2010.

_____. **A peregrinação à Divina Pastora**. Aracaju: EDISE, 2015.